

CAPÍTULO 1

O QUE É A ECONOMIA

1. Introdução: a economia está em todo o lado	9
1.1. O alerta ecológico: podemos viver com o que temos?	10
1.2. Porque é que o desenvolvimento separa os países e as regiões?	11
2. A “economia”: o que é?	16
2.1. A Economia	16
2.2. A economia	20
2.3. A pluralidade interna da Economia	22
2.4. A pluralidade do objecto da Economia	23
2.5. Os economistas enganam-se muitas vezes	24
Resumo, Leituras recomendadas	25

O que é a economia

1. INTRODUÇÃO: A ECONOMIA ESTÁ EM TODO LADO

Abra um jornal de hoje. Se for um jornal ou revista especializada em economia, como a que é usada como exemplo na caixa ao lado, pode ter a certeza que a sua cobertura noticiosa se concentra em acontecimentos da vida económica. Neste caso, a revista discute a crise da “Teoria Económica Moderna” resultante da crise económica internacional iniciada em 2007.

Mas se escolher um jornal não especializado, português ou não, também vai encontrar, na secção de economia, nas páginas interiores, muitas notícias sobre empresas e operações nas Bolsas, sobre os juros e os resultados da banca, e ainda números sobre o último trimestre da economia nacional, ou a discussão das perspectivas para a União Europeia ou para os Estados Unidos, ou artigos de opinião sobre as mais recentes guerras comerciais ou cambiais. Talvez algum destes assuntos salte para a capa do jornal: afinal, as declarações do Ministro das Finanças ou do Primeiro-Ministro sobre os números do défice, do desemprego e da inflação, ou sobre o próximo Orçamento de Estado, podem dominar a actualidade. Ou pode a manchete ser sobre a pobreza, ou sobre a especulação no mercado de futuros dos alimentos ou sobre o preço dos combustíveis. Afinal, a economia é notícia todos os dias porque nos afecta a todos. A economia é isso mesmo: história concreta, números, expectativas, decisões sobre políticas, a vida das pessoas.

A economia é global. O comércio, a finança, a inovação ou os organismos de regulação estabelecem ligações intensas entre quase todas as economias. E a eco-



Existem muitos jornais e revistas especializados em economia. Entre as mais reconhecidas estão duas publicações em inglês, *The Economist* (semanal) e *Financial Times* (diário), que dão muita informação sobre questões económicas. Em Portugal há vários jornais e revistas dedicados à economia, e os jornais generalistas incluem também secções especializadas.

nomia é política. Tem a ver com a decisão, as escolhas sociais, as estratégias de empresas, de governos, de organizações, de movimentos sociais. Esta é a economia de que vamos tratar.

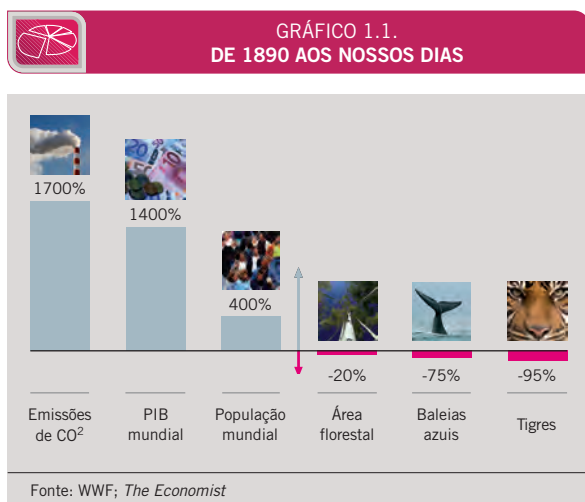
Queremos perceber mais do que o jornal nos diz sobre o dia-a-dia. Queremos perceber porque é que há desemprego e como se mede a inflação e a pobreza, o que cria **valor** e **riqueza**, porque é que há países mais ricos e mais pobres, como é que se pode inovar, como se organizam as empresas, os mercados, os Estados, como se tomam decisões económicas. Para isso, começamos por olhar para os factos.

Esses factos têm uma história, que é longa. Mas neste livro vamos concentrar-nos sobretudo sobre o que aconteceu no século XX e está agora a acontecer no

nosso tempo, no século XXI, porque é o que determina as escolhas que temos que fazer.

No Gráfico 1.1 resume-se um pouco dessa história: como a economia mundial cresceu no século passado e como herdámos alguns dos problemas de hoje.

Como se pode verificar neste gráfico, a população e o produto mundiais cresceram muito. De facto, o produto cresceu mais depressa do que a população, o que significa que teria sido possível que todas as pessoas tivessem passado a viver melhor. Ao mesmo tempo, o gráfico também mostra que se acentuou o problema ambiental e a devastação da natureza, com ameaças a algumas espécies (e com o desaparecimento de outras). Resolvemos alguns problemas, não resolvemos outros e criámos problemas novos.



Veremos neste capítulo que não é fácil definir o que é a Economia. Uma coisa é no entanto clara: se queremos saber o que é a Economia, enquanto saber, ou ciência social, devemos interrogar-nos em primeiro lugar sobre os problemas sociais a que ela pretende dar resposta. É por isso mesmo que iniciamos este capítulo com a identificação de dois deles, porventura os mais prementes. O primeiro: não estamos a usar os recursos de forma a podermos viver no nosso planeta de forma sustentável. O segundo: o desenvolvimento comporta sucessos e fracassos, tanto cria riqueza como cria **pobreza**; apesar do crescimento, vivemos num mundo em que as desigualdades perduram.

1.1. O alerta ecológico: podemos viver com o que temos?

A população humana está distribuída no planeta de forma muito desigual. Para ilustrar esse facto, o Mapa 1.1 utiliza uma configuração que é pouco usual, mas muito esclarecedora: a superfície de cada país é deformada em função do peso da sua população relativamente à população mundial. Assim, os Estados Unidos (com cerca de 300 milhões de pessoas) ficam encolhidos, como acontece com a Rússia, ao passo que a China e a Índia (com um terço da população mundial) são inchadas.

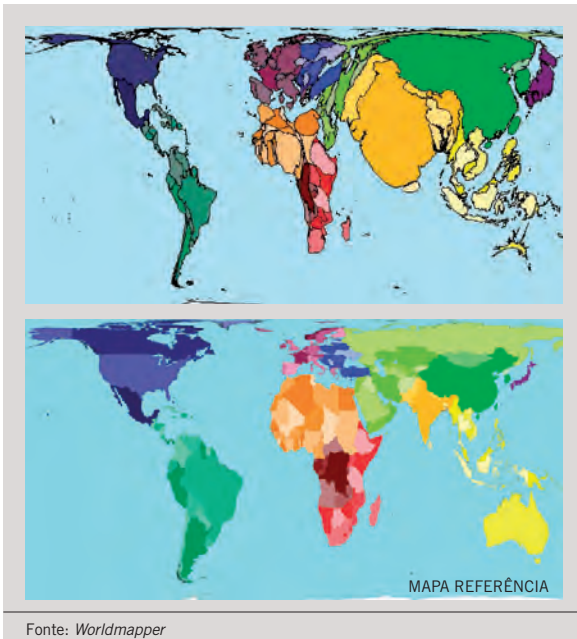
Acontece no entanto que há grandes diferenças dentro de cada país e entre as médias dos países quanto a rendimentos, ou quanto a condições de vida, de saúde e de educação, por exemplo. Os recursos que as pessoas usam também são diferentes: uns consomem mais alimentos, mais medicamentos, mais combustíveis, e outros menos. Por outro lado, nas economias dos países há diferenças que se traduzem em formas de produção distintas: em alguns países, a existência de indústrias com impactos ambientais graves ou de milhões de automóveis tem como consequência uma poluição intensa.

Considerando todos estes consumos, os cientistas que estudam a ecologia sugeriram uma nova forma de calcular o impacto ambiental da nossa actividade: a **pegada ecológica**. A pegada mede quantos planetas Terra seriam precisos para produzir os produtos necessários se todos tivessem o nível de consumo médio de Portugal, ou dos Estados Unidos, ou de Moçambique. Assim, vemos no Mapa 1.2 como países com menos população (os Estados Unidos ou os da União Europeia) têm uma pegada ecológica muito maior do que a da Índia, já para não falar da dos países africanos, que quase desaparecem neste mapa.

Nestes mapas, usamos médias por país. Mas com a informação sobre os consumos individuais (alimentação, habitação, energia) pode também calcular-se a pegada ecológica de cada pessoa. Faça a experiência de calcular a sua própria pegada ecológica usando um dos *sites* apropriados (ver link no **DVD**). Introduzindo os seus dados constatará provavelmente que é preciso mais do que um planeta para que todos possam ter um nível de consumo igual ao seu. O problema é que não existe mais do que um planeta Terra para todos.



MAPA 1.1.
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL



MAPA 1.2. PEGADA ECOLÓGICA DA POPULAÇÃO HUMANA EM MÉDIA POR PAÍSES



É por isso que este é um problema económico e social de primeira importância. O esgotamento de recursos tem uma consequência: o aumento dos preços dos bens mais escassos. Isso favorece quem tem maiores rendimentos e prejudica quem tem menos. Os acessos aos combustíveis ou à água e a outros recursos fundamen-

tais podem por isso ser limitados pelo impacto dos consumos insustentáveis. Se gastamos hoje o que não nos sobra amanhã, temos um problema. A Economia é chamada a resolver esse problema.

1.2. Porque é que o desenvolvimento separa os países e as regiões?

Nos mapas anteriores, consideramos as médias de países, independentemente das diferenças na **distribuição** interna, e essas diferenças podem ser muito grandes. Um africano, por exemplo, consome em média metade do que consome um asiático, mas já consome quatro vezes menos do que um latino-americano, oito vezes menos do que um europeu e dezasseis vezes menos do que um cidadão norte-americano. Mas a diferença também é grande entre os próprios africanos: o quarto da população africana que é mais rica consome quatro vezes mais do que o quarto da população mais pobre. E a diferença é grande entre os países do mesmo continente: a relação de nível de vida entre o Congo e a África do Sul é de um para vinte.

Estas enormes diferenças são prova do que em economia se tem chamado **atraso** no **desenvolvimento**.

Este atraso tem consequências dramáticas: o Mapa 1.3, da página seguinte, mostra uma dessas consequências: a diferença na mortalidade infantil entre a Europa e a África como resultado da deficiência da alimentação, da educação para a saúde e das condições sanitárias e médicas. O impacto desta diferença mede-se na evolução da população e nas condições de vida de muitos milhões de pessoas em África.

Por que razão chamamos atraso a esta diferença? Obviamente, porque as condições sociais, se comparadas com o que se consideraria um limiar aceitável de nível de vida, são piores para a maioria dos africanos. Mas também por uma outra razão, que explica a primeira: é que ao longo dos séculos ou décadas mais recentes a economia da Europa cresceu mais depressa do que a da África, criando assim mais oportunidades, mais emprego e mais qualificações. No caso de alguns países africanos, o que aconteceu foi mesmo que o nível absoluto da produção regrediu e a pobreza aumentou. Como se pode ver na caixa "Porque é que a África se tem atrasado?", esta história é muito mais antiga e ainda mais dramática.



MAPA 1.3.
A MORTALIDADE INFANTIL NA EUROPA E EM ÁFRICA

EUROPA

Taxa de mortalidade infantil, 2000
(por 1000 nascimentos)

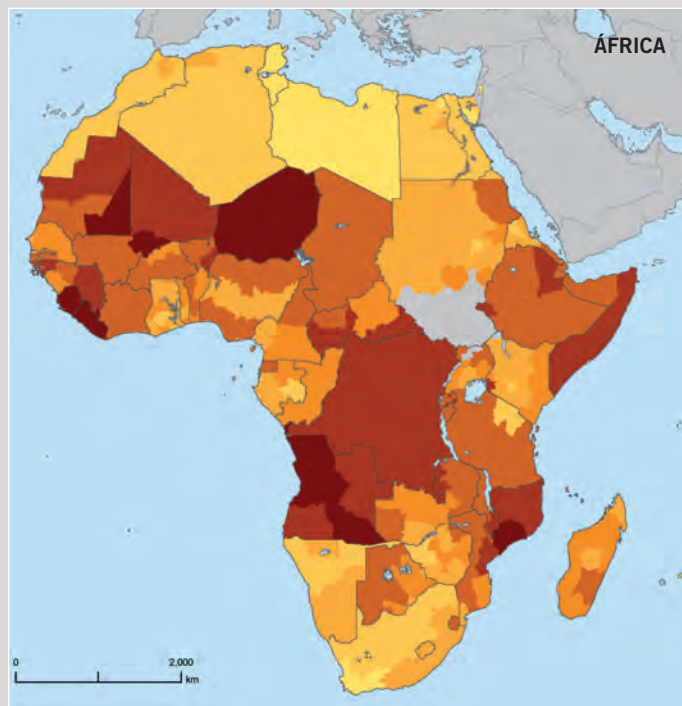
- < 9,1
- 9,1 – 25,0
- 25,1 – 50,0
- Sem dados
- Limite Nacional



ÁFRICA

Taxa de mortalidade infantil, 2000
(por 1000 nascimentos)

- < 9,1
- 9,1 – 25
- 25,1 – 50,0
- 50,1 – 75,0
- 75,1 – 100,0
- 100,1 – 125,0
- 125,1 – 150,0
- > 150,00
- Sem dados
- Limite Nacional



Fonte: CIESIN (Center for International Earth Science Information Network).
<http://www.ciesin.org/povmap>



PORQUE É QUE A ÁFRICA SE TEM ATRASADO?



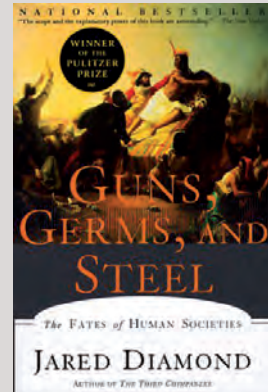
Porque é que as sociedades euroasiáticas prosperaram e as africanas foram ultrapassadas? O biólogo, professor de fisiologia e historiador Jared Diamond procurou responder a esta questão, entre outras, num monumental livro sobre a “história dos últimos treze mil anos”. Segundo Diamond, três grandes causas determinaram a diferença entre estas duas regiões.

Em primeiro lugar, as dotações das duas zonas em plantas e animais que pudessem ser domesticados – e poucas espécies foram domesticadas – eram muito diferentes, favorecendo a Europa. As extinções ocorridas no final do Pleistoceno atingiram mais a África do que a Europa, e ainda mais as Américas e a Austrália. Ora, a capacidade de produção alimentar que a domesticação permitia (dando origem à agricultura e à pecuária) determinou uma produção de excedente que permitiu o aumento da população e a criação dos poderes de Estado, com a sua capacidade militar.

Em segundo lugar, a migração de populações era mais fácil na Euroásia ao longo do eixo Ocidente-Oriente, dada a ausência de barreiras geográficas intransponíveis, ao passo que em África as migrações tinham que se fazer em latitude, pela orientação Norte-Sul, com maior impacto do efeito clima e com barreiras mais difíceis de transpor. Assim, a combinação de populações diversas e a difusão das suas inovações foi mais fácil a Norte do que a Sul.

Em terceiro lugar, quando se chega a um período de maior inovação, no início do século XVI, a África tem uma densidade populacional dez vezes inferior à da Ásia, não tem animais domesticáveis e ressentem-se da dificuldade de difusão das inovações na agricultura.

Fonte: Jared Diamond (1998), *Guns, Germs and Steel – A Short History of Everybody for the Last 13.000 Years*, Londres: Vintage (Edição portuguesa: *Germes e Aço – Os destinos das sociedades humanas*, Lisboa, Relógio d'Água, 2002. 1ª ed. 1997).

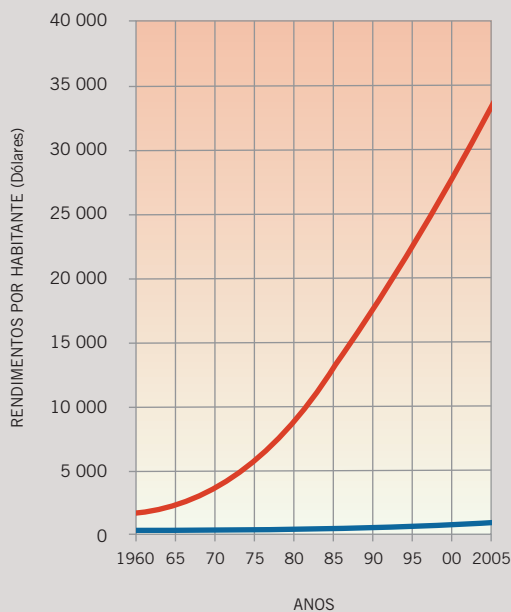


A diferença foi aumentando ao longo do tempo. A história das economias tem, portanto, importância: quanto maior o crescimento, maiores as oportunidades de crescimento devido à acumulação de capacidade tecnológica e económica e à qualificação geral da população.

O que vimos nos gráficos anteriores e podemos ver no seguinte leva-nos a algumas das questões mais importantes para o estudo da economia contemporânea. Como se verificou, o desenvolvimento tem pro-

vocado desigualdades e estas desigualdades têm sido agravadas. Os seus efeitos revelam-se na disparidade de esperança de vida e nas diferenças de rendimento *per capita*. A história das desigualdades foi aqui evocada a propósito de África, mas, como veremos nos capítulos seguintes, atravessa os outros continentes e é muito importante para Portugal e para a Europa.

No Gráfico 1.2, a comparação entre as trajetórias dos países mais desenvolvidos e a dos mais pobres parece impor uma conclusão muito pessimista: com o passar


GRÁFICO 1.2. RENDIMENTOS POR HABITANTE ENTRE PAÍSES RICOS E PAÍSES POBRES


O gráfico mostra estas disparidades, comparando o crescimento das economias dos países mais desenvolvidos (a vermelho) com o dos países mais pobres (a azul), usando a classificação do Banco Mundial. A variável utilizada é o rendimento *per capita*.

Fonte: Banco Mundial, 2007

do tempo, a desigualdade entre as economias de “elevado rendimento” e as de “baixo rendimento” aumentou. Também dentro destas duas grandes categorias de países há diferenças muito importantes. Os países mais desenvolvidos estavam num patamar mais aproximado entre si nos anos 60 do século passado (embora Portugal já fosse um dos países mais atrasados da Europa nesses

anos). Como veremos, o acesso às janelas de oportunidade tecnológica ou outros processos económicos e sociais contribuíram para a divergência de trajectórias.

A Economia procura explicar as causas do atraso porque tem a responsabilidade de propor alternativas realizáveis para promover o desenvolvimento e reduzir as desigualdades mundiais.

Este livro apresenta e discute a Economia tendo como pano de fundo grandes problemas como o atraso, a pobreza e a sustentabilidade ambiental. Para os analisar os economistas recorrem muitas vezes a dados estatísticos e a medidas como o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de variação do PIB. No próximo capítulo voltaremos à discussão sobre o que é o PIB. Entretanto, a caixa seguinte (“O Produto Interno Bruto e a sua taxa de variação”) apresenta desde já o modo como se calcula uma das medidas mais frequentemente utilizadas: a taxa de variação do PIB.

Interrogámo-nos neste primeiro capítulo acerca dos vários significados da palavra “economia”. Como veremos, os economistas nunca foram unânimes na definição da sua disciplina, nem na do seu objecto de estudo. As divergências entre economistas mantiveram-se, e por vezes acentuaram-se. A pluralidade parece mesmo ser uma característica da Economia. Isso não é surpreendente: uma ciência social, que está directamente ligada às decisões tomadas pelas pessoas, pelos governos, pelas empresas, pelas comunidades, reflecte necessariamente a diversidade de pontos de vista existente na sociedade.

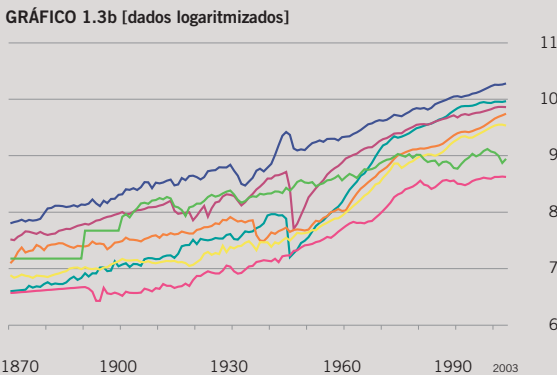
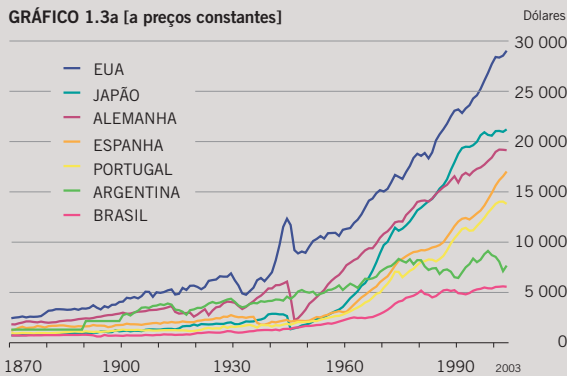
A pluralidade de abordagens não significa falta de rigor. A análise das economias reais, os modelos e as teorias, assentam em procedimentos, em métodos, que os economistas procuram também aperfeiçoar e desenvolver. Esses métodos, como veremos de seguida, são eles próprios objecto de debate e controvérsia entre economistas.



O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E A SUA TAXA DE VARIAÇÃO

O crescimento de uma economia é normalmente medido pela evolução do PIB, que discutiremos no próximo capítulo. Interessa-nos por agora uma primeira observação desta medida, representada no Gráfico 1.3, para ilustrar a história recente da economia portuguesa.

Gráfico 1.3. Evolução recente do PIB



Fonte: Maddison (PIB *per capita*)

A taxa de variação é calculada medindo a evolução do PIB de um momento em relação a outro, por exemplo dois anos seguidos; g , a taxa de variação total entre os dois períodos, é obtida a partir de:

$$Y_t = Y_0 (1+g) \quad \text{[equação 1.1]}$$

onde Y_t é o PIB do ano t . Se quisermos calcular a taxa de variação anual (de um ano para o ano seguinte), fazemos $Y_0 = Y_{t-1}$.

No Gráfico 1.3a, a uma mesma diferença entre duas medições do PIB, $Y_{t+1} - Y_t$, podem corresponder taxas de variação diferentes, bastando para tal que as diferenças sejam tomadas entre valores do PIB a diferentes níveis da escala. O seguinte exemplo mostra como a acréscimos absolutos iguais (10 unidades) podem corresponder taxas de variação distintas:

t	PIB	Taxa de variação
0	100	
1	110	10%
...
13	500	
14	510	2%

Para remover estes efeitos de escala é habitual logaritizar os dados do PIB.

Se os dados forem logaritizados (usando logaritmos naturais), como acontece no Gráfico 1.3b, então a diferença entre os valores sucessivos permite-nos obter a taxa de variação, porque:

$$\ln Y_t - \ln Y_0 = \ln(1+g) \quad \text{[equação 1.2]}$$

De onde se pode concluir:

$$g = \exp(\ln Y_t - \ln Y_0) - 1 \quad \text{[equação 1.3]}$$

em que

$$\exp(x) = e^x$$

2. A “ECONOMIA”: O QUE É?

A palavra *economia* tem, na língua portuguesa, múltiplos significados. Há uma Economia, com *e* maiúsculo, que designa um saber científico, uma ciência social, e outra, com *e* minúsculo, que se refere àquilo que esta ciência estuda (como em *economia portuguesa* ou *economia mundial*). E há ainda *economia* como poupança e como organização ou bom arranjo.¹ Em português o sentido de economia é dado pelo contexto.²

Os capítulos introdutórios dos manuais de Economia incluem normalmente uma discussão sobre a “*economia*”, quer como saber quer como objecto desse saber, e definições de uma e outra. Nesse aspecto este livro não é diferente dos manuais. Interessa-nos, à partida, procurar entender, por um lado, o que é a Economia, e, por outro, a que aspectos da realidade, ou a que fenómenos, se refere. Como veremos, estas questões estão imbricadas e não são tão simples como parecem.

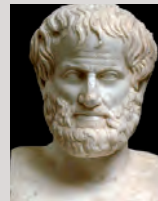
2.1. A Economia

No princípio a Economia, enquanto saber, era a lei ou administração da casa agrícola. O princípio neste caso é o contexto em que a palavra teve origem – a Grécia Antiga. Em grego, *eco* (*oïko*, casa, como em *ecologia*) e *nomia* (de *nomos*, lei, norma, regra) combinavam-se para designar algo com um significado semelhante ao de “regras da casa”. Efectivamente, os filósofos gregos, nomeadamente Xenofonte (430-354 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), usavam *oikonomia* para designar o conjunto dos preceitos que regem, ou devem reger, a actividade que tem por fim a obtenção dos recursos necessários à vida. A Economia era, portanto, um saber que tinha por objecto a vida, a subsistência e o conforto da família.



ARISTÓTELES (384 a.C. – 322 a.C.)

Aristóteles foi discípulo de Platão, um dos fundadores da filosofia ocidental, que desenvolveu em numerosas obras sobre lógica, metafísica, estética, política, ciências naturais. Influenciou tradições muito diversas, como as culturas islâmica e judaica ou a escolástica da Igreja Católica, mas também o Renascimento.



Hoje, não é evidentemente de “leis da administração da casa” que falamos quando falamos de *Economia*. Podemos eventualmente ter em vista leis, mas leis científicas, não leis no sentido de preceitos ou normas; poderemos falar de uma ciência que estuda “a casa”, mas a “casa comum”, a sociedade, a *polis* (mais uma vez do grego, cidade), não a casa familiar. Foi exactamente para vincar esta diferença entre “casa comum” e “casa familiar” como objecto de estudo da Economia, a distinção entre um velho e um novo significado de *Economia*, que os filósofos iluministas do século XVIII adoptaram **Economia Política** como designação para um domínio do saber que nessa época emergia e se começava a autonomizar da Filosofia Moral. No século XVIII a Economia Política era, portanto, o ramo da Filosofia Moral que tratava da produção, consumo e circulação da riqueza. Como decorre, por exemplo, do título da obra mais conhecida de Adam Smith, a riqueza a que a Economia Política se referia era *A Riqueza das Nações*,³ não a da família ou a dos indivíduos.

1. O *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa adianta oito definições de “economia”: (1) Modo ou arte de administrar uma casa, um estabelecimento particular ou público ou qualquer outro bem; (2) Ciência que tem como objecto os fenómenos da produção, distribuição, consumo e aproveitamento de bens e serviços de uma comunidade humana; (3) Conjunto das actividades de uma colectividade humana relativas à produção e consumo dos bens materiais; (4) Modo como se distribuem e coordenam as partes de um todo; (5) Harmonia na distribuição e na coordenação dos diferentes elementos que contribuem para a harmonia de um todo; (6) Contenção ou moderação nos gastos, nas despesas; (7) Dinheiro acumulado que resulta dessa contenção de gastos; (8) Contenção, moderação no consumo ou no uso de alguma coisa; bom uso de alguma coisa.

2. Já na língua inglesa à economia como saber corresponde *economics* e à sua contrapartida real *the economy*.

3. Smith, Adam [1776] (1987), *Riqueza das Nações*, trad. Teodora Cardoso, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



ADAM SMITH (1723 – 1790)



Adam Smith nasceu em Kirkcaldy, perto de Edimburgo, na Escócia. Estudou na Universidade de Glasgow. Em 1751 foi convidado para a cátedra de Lógica em Glasgow, tendo pouco tempo depois transitado para a de Filosofia Moral. As aulas em Glasgow estão na base da sua primeira grande obra, *A Teoria dos Sentimentos Morais*, publicada pela primeira vez em 1759. Contratado como tutor do Duque de Buccleuch, Smith viajou com o seu discípulo por França durante três anos, tendo então oportunidade de contactar alguns dos mais destacados filósofos iluministas franceses. No regresso à Escócia, Smith voltou à sua aldeia de origem, onde se fixou durante dez anos dedicando-se à escrita de *A Riqueza das Nações*.

Com o tempo a *Economia Política* cedeu o lugar à *Economia*. Em finais do século XIX, alguns economistas consideraram importante separar a Economia da Política. A sua preocupação principal era afirmar a Economia como “ciência”, torná-la um saber “objectivo”, “isento de valores”, susceptível de formalização matemática, em contraste com a Política, que descreviam como “uma arte”, dependente de ideologias e irremediavelmente condenada à subjectividade e à linguagem literária. Este momento assinala para muitos o advento da Economia como disciplina científica, separada da Moral, primeiro, e da Política, depois.

A separação da Economia e a sua afirmação como “ciência” deu origem a novas definições da disciplina. John Stuart Mill, num texto muito influente sobre a definição e o **método** da Economia Política,⁴ já havia



JOHN STUART MILL (1806 – 1873)



Economista e filósofo britânico, membro do Parlamento. Foi um dos mais influentes teóricos liberais do século XIX. Procurou articular a defesa de uma economia de mercado com a defesa de direitos sociais dos trabalhadores e das mulheres.

dado um primeiro passo nessa direcção. Nesse texto, Mill apresentava a Economia Política como um ramo da “Ciência Política”. Enquanto a “Ciência Política” trataria, segundo ele, “da totalidade da conduta do homem em sociedade”,⁵ a Economia Política estudaria o ser humano em sociedade, “mas apenas como um ser que deseja possuir riqueza e que é capaz de julgar a eficácia relativa dos meios que permitem realizar essa finalidade”.⁶ A Economia Política de Mill era portanto ainda uma ciência da riqueza. No entanto, a referência à capacidade dos indivíduos para julgarem a eficácia relativa dos meios para alcançarem o fim (a riqueza) acrescentava algo de novo à noção original – a Economia Política estudava o fenómeno da persecução da riqueza pelos indivíduos e partia do pressuposto da **racionalidade**.

Cem anos passados sobre este texto de Mill, Lionel Robbins publicou um ensaio que viria a substituir o anterior como referência dominante da metodologia da economia.⁷ A noção de Economia aí apresentada é até hoje adoptada como definição “oficial” da disciplina em muitos manuais introdutórios. A Economia, segundo Robbins, “é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos.”⁸

4. Mill, John Stuart (1844), “On the Definition of Political Economy and the Method of Investigation Proper to it” in *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy*, London: John W. Parker, West Strand, 1844 (o texto está disponível no **DVD**).

5. Mill, 1844, *op. cit.*, p. 137.

6. Idem, *ibid.*

7. Robbins, Lionel (1935), “An Essay on the Nature and Significance of Economic Science”, segunda edição, Londres: MacMillan, 1945 (ver **DVD**).

8. Robbins, 1935, *op. cit.*, p. 16.



LIONEL ROBBINS (1898 – 1984)



Economista britânico adepto da Escola Austríaca e opositor da teoria de Marshall. Dirigiu o departamento de Economia da London School of Economics e foi o responsável pelo convite a Friedrich Hayek, o mais destacado opositor do keynesianismo e inspirador do renascimento do liberalismo económico.

Como distribuir as vinte e quatro horas do dia pelo trabalho e pelo lazer,

Por detrás desta fórmula estava a ideia de que a Economia é o estudo do comportamento em situações em que os seres humanos estão confrontados com múltiplos desejos, fins ou objectivos, não dispendo de meios para os realizar a todos plenamente. Os meios, ou os recursos, são escassos. A Economia referir-se-ia portanto a contextos de **escassez** e interessar-se-ia fundamentalmente pelo problema da escolha que consiste em descobrir a melhor forma de afectar, ou repartir, os meios disponíveis (o tempo, ou o dinheiro, por exemplo) aos fins perseguidos. Como distribuir



FRANCISCO PEREIRA DE MOURA (1925 – 1998)



Economista português. Introduziu o ensino da Economia moderna em Portugal. Preso pela ditadura, foi demitido do seu lugar de professor catedrático do ISE (hoje ISEG) e, com a democracia, restabelecido na sua função. Publicou *Lições de Economia* (1964) e *Para Onde Vai a Economia Portuguesa?* (1969), entre outros livros que foram fundamentais para várias gerações de economistas portugueses.

sabendo que quer o trabalho (ou o rendimento que proporciona) quer o lazer são importantes? Ou como repartir o rendimento mensal por diferentes bens e serviços?

Segundo Robbins a Economia trataria da escolha de meios para realizar fins. Contrariamente a Mill, Robbins não faz qualquer referência aos fins que são perseguidos, ou às motivações, sejam eles a aquisição de riqueza ou quaisquer outros. E mesmo no que diz respeito à escolha de meios para realizar fins, nada é dito quanto à capacidade do indivíduo para descobrir a melhor forma de o fazer, embora esta capacidade possa estar subentendida. Robbins assume que a resolução do problema da escolha pressupõe que o indivíduo é capaz de identificar a importância relativa dos diferentes fins, distribuindo os meios entre eles de acordo com essa importância relativa, e a maior parte dos economistas que subscrevem a definição de Robbins consideram que isso equivale à capacidade de determinar a solução óptima do problema da escolha.

A noção de Economia de Robbins é portanto muito abrangente – a Economia é a ciência da escolha (racional) –, dispensando a referência a qualquer objecto, relação, fenómeno ou domínio de aplicação, a não ser o amplo e vago “contexto de escassez”. Foi por isso que Pereira de Moura criticou esta definição, que remete para uma ciência geral dos comportamentos humanos, ao mesmo tempo que restringe a observação desses comportamentos ao dogma da “racionalidade”. Para Pereira de Moura, a economia devia ser definida de modo mais humilde como “o que os economistas fazem”, como as teorias, modelos, métodos de análise e catálogo de problemas que os economistas vão tratando ao longo dos tempos.⁹

As noções de Economia de Mill e, sobretudo, a de Robbins, embora continuem a ser muito influentes, debatem-se de facto com grandes dificuldades. Sendo as motivações humanas reconhecidamente muito diversas e complexas, por que razão deve a Economia pressupor que a perseguição da riqueza é o único fim? Existindo várias concepções de racionalidade, por que razão deve a Economia vincular-se a uma delas?

9. Moura, Francisco Pereira de (1964), *Lições de Economia*, Lisboa: Clássica Editora, p. 6.

Consideremos em primeiro lugar os pressupostos motivacionais tal como são apresentados por Mill. Como o próprio Mill reconhecia, não existe possivelmente nenhuma acção, mesmo económica, cuja única motivação seja o desejo de riqueza. Mill assumia simplesmente que, no domínio dos assuntos humanos a que se referia a Economia, o desejo de riqueza se destacava de todos os outros ao ponto de poder ser tomado como motivação única. A Economia como ciência devia deduzir as suas leis da hipótese simples de que a procura de riqueza é a única motivação, modificando-as *a posteriori* em caso de manifesta desadequação com a realidade, incluindo então outras motivações ou causas da acção.

Encarando a Economia como estudo da persecução da riqueza, Mill assumia naturalmente que a riqueza é desejada pelos indivíduos. O problema é que o pressuposto da persecução da riqueza como motivação única, pretendendo ser simplificador, cria mais problemas do que aqueles que resolve. A obtenção de riqueza é o fim último da acção ou é apenas um meio para realizar outros fins? A que se destina a riqueza desejada? À satisfação de necessidades? À satisfação de caprichos individuais? Ao sustento da família? À ajuda a desconhecidos carenciados? Quando procura riqueza o indivíduo tem em conta custos que a sua acção pode ter para outros, ou considera apenas as consequências da acção para si mesmo?

Além disso, existem problemas na relação entre meios e fins. Os meios de aquisição de riqueza são avaliados apenas na óptica do contributo que dão para o fim único, ou estão eles próprios sujeitos a um julgamento independente? Os meios podem ser bons ou maus em si? Será que alguns meios, porventura os mais eficientes, não *devem* pura e simplesmente ser considerados? Existem ou não obrigações normativas?

Em suma, a persecução da riqueza pode ter múltiplos significados e envolver motivações muito diversas. O desejo de riqueza pode impelir os indivíduos em direcções distintas.

Face à percepção desta indeterminação, outros economistas especificaram o pressuposto do desejo de aquisição de riqueza acrescentando-lhe o egoísmo ou a prossecução do interesse próprio. Neste caso, a

riqueza desejada passaria a ser desejada pelo actor necessariamente para si, e não também para outros ou só para outros – uma possibilidade que a definição de Mill não descartava. Aos problemas anteriores soma-se agora outro: por que razão excluir à partida da Economia os comportamentos que não podem ser considerados egoístas?

Dificuldades como esta levaram Robbins a abdicar dos pressupostos motivacionais, remetendo os fins para a esfera dos desejos subjectivos que a Economia não deveria investigar nem discutir, e a centrar a sua noção de Economia na escolha e na racionalidade.

O pressuposto da racionalidade suscita, porém, outros problemas.

A primeira dificuldade diz respeito aos **limites da racionalidade**. Quando se assume que o agente não só é *racional*, no sentido em que procura os melhores meios para atingir os seus fins, como *perfeitamente racional*, isto é, efectivamente capaz de determinar os melhores meios possíveis, ignora-se a possibilidade de o agente pretender de facto ser racional mas não dispor de capacidade para tal.¹⁰ O problema da escolha pode ser tão complexo que nem o maior computador disponível seria capaz de obter uma solução em tempo útil. Nesse caso o agente está condenado a utilizar procedimentos de resolução (heurísticas) que permitem obter uma solução, embora sem garantia de que a solução obtida seja a melhor possível. A racionalidade nesta perspectiva seria limitada pelas capacidades cognitivas dos seres humanos, tornando-se mais difusa a distinção entre comportamento racional e não-racional.

Uma segunda dificuldade do pressuposto da racionalidade relaciona-se com o facto de nem toda a acção humana ser racional. A acção pode de facto não decorrer de um processo de deliberação, sendo antes uma resposta habitual, de rotina, irreflectida, a estímulos do ambiente. Nem sempre, quem sabe raramente, os agentes deliberam antes de empreenderem um curso de acção. A maior parte das operações e dos procedimentos dentro de uma organização como uma empresa são executados de forma rotineira, sem que os indivíduos considerem a existência de modalidades de acção alternativas e os respectivos prós e contras. Será que existe uma justificação válida para excluir a acção de

10. A questão foi identificada por Herbert Simon, Nobel da Economia em 1978.

rotina das modalidades de comportamento que interessam à Economia?

Além disso, os seres humanos, como se torna claro na mais recente investigação num domínio designado de Economia Comportamental, cometem erros de avaliação em muitas circunstâncias.¹¹ Mais, esses erros são sistemáticos, isto é, não são corrigidos com a experiência. Haverá alguma razão para a Economia excluir do seu campo modalidades bem identificadas de comportamento irracional?

A terceira dificuldade, porventura a fundamental, decorre da própria noção de racionalidade. A racionalidade que Mill e Robbins têm em mente é por vezes designada de **racionalidade instrumental**, isto é, uma racionalidade que se refere à escolha dos melhores meios (instrumentos) para atingir fins dados. Nesta concepção, “fins dados” tanto pode significar “fins subjectivos”, que não se discutem, como se diz dos gostos, como fins decorrentes do processo de socialização dos indivíduos, cujo estudo a Economia deveria deixar para outras ciências sociais. Em qualquer caso, não há, nesta concepção de racionalidade, lugar para a reflexão individual sobre os fins, nem para a escolha de fins. Em contrapartida, outras concepções de racionalidade admitem que os seres humanos têm capacidade para reflectir racionalmente acerca dos fins e para escolher os que consideram valer a pena perseguir. O problema é o seguinte: existindo diferentes concepções de racionalidade, dificilmente se compreende a razão pela qual a Economia se deve vincular a uma delas, excluindo outras.

Se levarmos a sério estas dificuldades, rejeitando portanto as noções de Economia a que acima nos referimos, será que nos resta alguma coisa sobre a qual seja possível construir uma definição da disciplina? A Economia pode ser concebida não a partir dos pressupostos ou abstrações sobre as motivações e o comportamento humano que assume como ponto de partida, mas dos aspectos da realidade social que estuda prioritariamente. A Economia pode ser definida a partir do

seu *objecto*, como muitas outras ciências o são. Economistas de todos os tempos têm adoptado noções deste tipo que não vinculam a disciplina a quaisquer pressupostos motivacionais ou concepções de racionalidade.

Alguns exemplos de definições de Economia baseadas no *objecto*: “Ciência que tem como *objecto* os fenómenos da produção, distribuição, consumo e aprovisionamento de bens e serviços de uma comunidade humana;”¹² “Estudo das actividades sociais orientadas para a criação e reprodução das condições materiais da vida humana”; ou “Estudo de como os indivíduos e os grupos se organizam para a sua provisão”.¹³

Mas não haverá problemas e limitações também nas definições baseadas no *objecto*? A resposta a esta pergunta leva-nos à discussão da economia como *objecto*.

2.2. A economia

A Economia partilha com as restantes Ciências Sociais e Humanas um mesmo *objecto* real. Como escrevia Sedas Nunes numa obra que influenciou várias gerações de estudantes de Ciências Sociais em Portugal, incluindo economistas: “No domínio do humano e do social, não existem campos de realidade e fenómenos que dessa forma se distingam uns dos outros, como se fossem compartimentos estanques: o campo da realidade sobre o qual as Ciências Sociais se debruçam é, *de facto*, um só (o da realidade humana e social).”¹⁴

Neste sentido, não existem *a priori* aspectos da realidade social ou fenómenos que possam ser designados de *económicos* e distinguidos de outros *não-económicos*. A distinção entre *económico* e *não-económico* existe apenas por força de conceitos, de ideias, através dos quais a realidade é interpretada. A economia, enquanto *objecto* de conhecimento, existe separada de outros aspectos da vida social apenas em consequência de uma elaboração conceptual que dá significado a essa separação. Na medida em que essa elaboração conceptual teve

11. Como por exemplo quando têm de escolher entre a fruição a curto prazo de um bem e a fruição a longo prazo de um bem muito superior, ou quando têm que fazer escolhas envolvendo acções com consequências incertas.

12. *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa.

13. Bromeley, Daniel (2006), *Sufficient Reason – Volitional Pragmatism and the Meaning of Economic Institutions*, Princeton: Princeton University Press, p. 33.

14. Sedas Nunes, A. (1982), *Questões Preliminares sobre Ciências Sociais*, Editorial Presença/GIS, 7ª Edição, p. 22.



ADÉRITO SEDAS NUNES (1928 – 1981)



Economista e docente do ISCEF (1955), hoje ISEG, foi um dos fundadores do ISCTE em 1973. Fundou também o Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa, que daria origem ao Instituto de Ciências Sociais (ICS), e a sua revista *Análise Social*. Foi um dos pioneiros da Sociologia em Portugal. Entre as suas principais obras contam-se *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento* (1968), *A Situação Universitária Portuguesa* (1971) e *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais* (1972).

lugar no quadro da reflexão da Economia justifica-se afirmar que a economia, como objecto, é uma criatura da própria ciência.

Como não podia deixar de ser, os conceitos que dão vida própria à economia são problemáticos e precários. Definir a economia por referência aos “fenómenos da produção, distribuição, consumo” envolve necessariamente conceitos de produção, distribuição e consumo. Mas o que é produção? Que actividades devem ser consideradas produtivas? Observo alguém a cuidar de um jardim. Será que está a produzir? Caso se trate de um jardineiro profissional ninguém terá dúvidas em responder afirmativamente. Mas o que dizer na situação do proprietário do próprio jardim que exerce essa actividade como forma de lazer? O que é trabalho e o que o distingue de lazer? O que é o consumo? A fruição de um bem? Observo alguém que participa numa actividade religiosa. Está a consumir? Só é consumo se houver uma contrapartida monetária?

Em tempos em que o mercado se tornou uma instituição social preeminente, é forte a tentação para circunscrever a economia ao conjunto de actividades mediadas pelo mercado. Mas se assim fosse o que fazer com toda a actividade produtiva que decorre na esfera doméstica? A preparação de uma refeição seria um fenómeno económico quando ocorre na cozinha de um restaurante e deixaria de o ser na cozinha familiar?

E a produção que decorre na esfera do Estado? Uma aula seria uma actividade económica no ensino privado e outra coisa qualquer no ensino público? Na verdade, nem mesmo os critérios estatísticos oficiais excluem por completo as esferas familiar e pública do conceito de produção. Se o fizessem, o Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países seria muito inferior.

A classificação de actividades concretas como económicas ou não económicas envolve dificuldades consideráveis. Abandonemos então critérios de delimitação estreitos e falemos de economia como “provisão” ou “criação e reprodução das condições materiais da vida humana”. Arbitrariedades como as que decorrem da identificação de económico com mercantil podem agora ser removidas, mas nem por isso as dificuldades desaparecem. Provisão de quê? Bens materiais. Mas o que distingue bens materiais de bens espirituais? O que dizer da criação artística ou, de novo, da participação em rituais religiosos?

A resposta a perguntas como estas é o que se designa por conceptualização. É através da conceptualização – estabelecimento de categorias e do seu significado – que a economia, enquanto objecto, vai sendo construída. Como é fácil concluir a partir do simples exercício mental de tentar responder às perguntas acima formuladas, todos os conceitos são problemáticos e provisórios. A Economia é, portanto, um objecto plástico, tão precário e volúvel como a própria economia.

As definições de Economia baseadas no objecto têm assim de se confrontar com a dificuldade que resulta do facto de ser impossível definir o objecto *a priori*, isto é, independentemente dos conceitos que o permitem construir.

Em termos de definições de Economia, a conclusão que se pode formular é apenas a de que todas são necessariamente insatisfatórias, quer as que se fundam em pressupostos motivacionais e concepções particulares de racionalidade, quer as que se baseiam no objecto. Resta-nos, em alternativa às definições, a possibilidade de construir imagens da economia, com e maiúsculo e minúsculo. Para tal podemos partir do conhecimento do que os economistas pensam e fazem, ou melhor ainda, do modo como, ao longo do tempo, as suas ideias e a realidade a que se referem se foram formando e transformando.

2.3. A pluralidade interna da Economia

A Economia, como as outras ciências sociais, é muitas vezes caracterizada em oposição às restantes ciências pelo facto de coexistirem no seu seio múltiplas correntes teóricas e doutrinárias. Diferentes economistas, muitas vezes reunidos em escolas de pensamento diversas, elaboram os conceitos de forma distinta e isso leva-os a construir teorias diferentes, muitas vezes antagónicas, donde decorrem opiniões e conclusões divergentes em questões práticas ou de política. A Economia, como de resto as outras ciências sociais, caracteriza-se pela inexistência de um núcleo teórico comum, e nesse sentido difere, pelo menos até certo ponto, de disciplinas científicas como a Física.

A **pluralidade** das ciências sociais e também a da Economia é muitas vezes apresentada como um índice de subdesenvolvimento. Considera-se que uma ciência só o é verdadeiramente a partir do momento em que partilha pelo menos um núcleo central de conceitos. Por isso mesmo existe uma tendência para esconder a pluralidade do público e dos estudantes de Economia. A Economia é então apresentada não como uma disciplina atravessada por desacordos, mas como um corpo monolítico que se foi desenvolvendo ao longo do tempo através da correcção sucessiva de erros passados.

Pode, no entanto, dar-se o caso de a pluralidade ser uma característica intrínseca às ciências sociais e a unidade ser um horizonte inalcançável. Pode dar-se ainda o caso desta pluralidade ser um elemento de vitalidade e não um sintoma de atraso.

Por que razão, contrariamente ao que sucede nas ciências do mundo físico e da natureza, é tão manifesta nas ciências sociais a pluralidade interna? Quando comparamos as ciências sociais com as ciências do mundo físico e da natureza confrontamo-nos com pelo menos dois tipos de diferença, senão essencial, pelo menos de grau:

1. Nas ciências sociais não é possível conceber uma separação clara entre o observador e o obser-

vado; o observador está imerso no objecto da observação – a própria sociedade – e a posição que cada “observador” ocupa na sociedade pode condicionar a forma como a observação é feita – aquilo que identifica como constituindo um problema, a ordenação que faz da prioridade dos problemas a resolver ou dos objectivos a realizar, o que considera ser um dado imutável, ou uma variável passível de correcção, podem variar consoante o ângulo de observação;

2. Nos mundos físico e biológico, as ideias que temos acerca deles, as teorias que a seu respeito construímos, não modificam os seus mecanismos e o seu funcionamento – os átomos e as moléculas não lêem tratados e o seu comportamento não muda quando os tratados são escritos; o mesmo não se passa no mundo social – as ideias construídas e comunicadas acerca da vida social, sejam elas científicas ou não, podem influenciar e influenciam o comportamento dos seres humanos.¹⁵

Em consequência, a identificação de categorias, o estabelecimento de significados e as teorias que se constroem são influenciadas pela “linguagem” que aprendemos em sociedade, pela posição que nela ocupamos ou pensamos poder vir a ocupar. Além disso, uma vez que as ideias e teorias que comunicamos acerca da sociedade encerram o potencial de poder modificar o comportamento dos outros, as ideias que exprimimos acerca do comportamento humano podem ser influenciadas pelas concepções que temos acerca do que é ou deve ser esse comportamento.

Dito isto, talvez a pluralidade existente no interior da Economia surja como menos estranha. Além disso, pode surgir também como menos indesejável, na medida em que, possivelmente, a unidade do campo disciplinar só seria realizável numa sociedade totalmente homogénea.

Será que a Economia é menos ciência pelo facto de no seu interior coexistirem diferentes correntes? Independentemente da distinção entre o que é e

15. É bem possível, por exemplo, que uma teoria que se baseia no pressuposto de que os seres humanos são sempre egoístas modifique o comportamento dos que nela acreditam. Quem acredita verdadeiramente na teoria não pode deixar de esperar que todos aqueles com quem se relaciona sejam egoístas e passar a relacionar-se com eles com base nesse pressuposto.

não é ciência, se considerarmos apenas algumas das características da prática científica universalmente reconhecidas, podemos aceitar que a Economia em nada fica diminuída no seu estatuto científico apesar da pluralidade.

A prática científica, no que tem de mais valioso, caracteriza-se essencialmente por ser uma reflexão que não parte de “verdades reveladas” ou “argumentos de autoridade”, está atenta à realidade e submete-se ao argumento lógico, sempre aberta à correcção do erro. A ciência é, em suma, uma reflexão colectiva, um debate aberto, racional, não dogmático. Não se vislumbra, portanto, por que razão a existência de pluralismo haveria de prejudicar esta actividade e não estimulá-la.

Mas deve reconhecer-se também que para existir diálogo é necessária uma linguagem partilhada, e isso justifica a razão pela qual os economistas tendem a cooperar em grupos que partilham essa linguagem – escolas de pensamento e correntes teóricas.

No entanto, o diálogo entre escolas e correntes não é impossível e pode ser enriquecedor desde que exista um contacto dos economistas com as diferentes correntes que lhes proporcione um domínio, mesmo que rudimentar, dos “idiomas” de cada uma delas. Quando se defende uma divulgação e ensino da Economia pluralista, esse é um dos objectivos – proporcionar aos estudantes um contacto com diferentes linguagens que sustente a comunicação entre escolas de pensamento. Outro objectivo, talvez mais importante ainda: mesmo que haja que optar por uma dada corrente de pensamento em detrimento de outras, a escolha só é livre – na verdade, só é escolha – se forem proporcionadas diferentes alternativas.

É preciso ainda assinalar que, não obstante a pluralidade, existe uma corrente particular da Economia, muitas vezes designada Economia Neoclássica, que é hoje em dia dominante na disciplina. Esta corrente subscreve concepções da disciplina afins à de Robbins, e caracteriza-se sobretudo por uma observância estrita dos pressupostos da racionalidade instrumental (a que normalmente associa o pressuposto do egoísmo ou do interesse próprio) e pela defesa da formalização abstracta como pré-requisito da cientificidade. Lamenta-

velmente, essa corrente reivindica não só a hegemonia, que é um facto, como o monopólio.

2.4. A pluralidade do objecto da Economia

Foi sugerido acima que o objecto das várias ciências sociais é construído por estas mesmas ciências ao longo do seu processo de desenvolvimento. Mas as actividades e fenómenos sociais que interessam a uma disciplina, que integram o seu objecto, podem ser integrantes também do objecto de outras disciplinas. A *produção*, o *consumo* ou o *trabalho*, por exemplo, mas mesmo o *investimento* ou a *inflação*, são actividades e fenómenos que embora considerados eminentemente económicos são susceptíveis de interessar outras ciências sociais e integrar o seu objecto. Neste sentido, o objecto da Economia é susceptível de ser abordado não só dos diferentes pontos de vista que coexistem no interior desta disciplina como dos diversos ângulos das diferentes ciências sociais. A pluralidade existe não só no interior da Economia como na abordagem ao seu objecto.

O contacto com a perspectiva de outras ciências sociais a respeito de actividades e fenómenos “económicos” pode não apenas enriquecer e complementar a análise da economia como também modificá-la.

Tomemos, por exemplo, o caso do *consumo*. Na perspectiva da corrente dominante da Economia, o consumo é encarado como uma actividade orientada para a satisfação de desejos subjectivos, individuais, independente dos desejos e do nível de satisfação dos desejos alheios.

Na perspectiva de alguma análise sociológica, ou da psicologia social,¹⁶ o consumo é também resposta a desejos, embora entre estes haja um que se destaca – o desejo de *status* social. Podemos desejar um carro novo não porque o nosso deixou de funcionar, mas porque um colega comprou um de maior cilindrada. Neste caso, que parece ser muito frequente, os desejos individuais não são independentes dos desejos alheios, mas antes dependentes de uma comparação com outros indivíduos, do mesmo estrato social ou de estrato “superior”. Os desejos a que a actividade de consumo dá resposta não são então meramente subjectivos, eles resultam da interacção social, obedecem a padrões sociais.

16. Mas também de algumas correntes da Economia. Veja-se nomeadamente o institucionalismo de Thorstein Veblen.

As perspectivas da sociologia e da psicologia são reconhecidas por economistas “práticos”, especialistas em marketing e outros gestores. Não se vê por que razão não podem ser acolhidas pela própria Economia.

Para a Economia e para os economistas, o conhecimento do ponto de vista das outras ciências sociais sobre actividades e fenómenos que integram o seu objecto não pode deixar de ser relevante, uma vez que:

1. O ponto de vista das outras disciplinas pode ajudar a Economia a aperfeiçoar os seus conceitos e as suas teorias;
2. A evidência empírica recolhida com métodos característicos doutras disciplinas pode corroborar ou infirmar resultados a que a Economia havia chegado utilizando os seus; e
3. Pode facilitar a aproximação das “linguagens” e o diálogo entre profissionais de várias proveniências. Pode ainda, num horizonte mais difuso, ajudar a realizar o velho sonho da unificação das Ciências Sociais na Ciência do Social de que já falava Sedas Nunes.

2.5. Os economistas enganam-se muitas vezes

Para propor alternativas de política económica e de estratégia económica das empresas, dos gover-

nos ou de outras organizações, os economistas desenvolvem teorias, medem, calculam, aplicam modelos e fazem previsões. Muitas vezes enganam-se. A Tabela 1.1 recapitula as previsões oficiais de vários governos (Relatórios dos Orçamentos de Estado) acerca da evolução dos preços e do PIB português para o ano referido. Trata-se de previsões feitas no ano anterior, que, como se verifica, estavam erradas (a Tabela 1.1 regista a diferença entre as previsões e o que de facto aconteceu).

Porque é que estas previsões estão tantas vezes erradas? E porque é que o enviesamento dos seus erros ocorre frequentemente na mesma direcção? A resposta é evidente.

Em primeiro lugar, trata-se de previsões feitas por instituições cuja actuação condiciona – e quer condicionar – a formação das expectativas dos agentes económicos: em particular, quer criar optimismo quando as condições económicas são preocupantes ou quer manter o optimismo quando a economia cresce. Assim, por exemplo, cada governo procura criar a ilusão de que a inflação será controlada, na esperança de que essa convicção dissuada os agentes de adoptarem práticas inflacionárias. Por exemplo, os governos tendem a subvalorizar a inflação futura porque, entre outros efeitos, assim justificam a determinação dos salários na Função Pública (que serve de referência para toda a economia) abaixo da inflação real, permitindo poupanças orçamentais.¹⁷



TABELA 1.1.
DIFERENÇA ENTRE A REALIDADE E AS PREVISÕES (PORTUGAL)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PIB	0,6	-1,3	-1,2	-2,6	0,5	-1,5	0,3	0,1
Gastos públicos	2,5	2,3	1,7	0,5	3,1	3,2	-0,1	1,3
Investimento	-3,3	-5,5	-7,0	-9,4	-2,3	-6,1	-2,4	1,3
Exportações	2,0	-6,9	-1,5	-2,1	-1,5	-4,2	3,0	0,3
Importações	-2,2	-6,8	-3,3	-3,6	2,6	-2,1	0,9	1,9
Inflação	0,9	1,6	0,9	0,8	0,4	0,3	0,8	0,4

Fontes: Relatórios do Orçamento de Estado, Tribunal de Contas

17. Nos anos recentes, a única excepção foi o Orçamento para 2009, que supõe uma actualização salarial na função pública acima da inflação prevista.

Em segundo lugar, o que os economistas sabem sobre as economias só permite previsões aproximadas e inseguras, visto que há muita incerteza quanto a factores importantes que podem ter variações surpreendentes, como por exemplo o preço da energia importada ou os níveis de investimento privado.

Os economistas sabem alguma coisa sobre o passado e mesmo sobre o presente. Mas nada sabem sobre o futuro:

a economia é uma ciência que trata de factos e forças sociais, que são por isso indeterminadas porque dependem de vontades, de conflitos, de estratégias, de escolhas.

A Economia nem sempre é, mas ganharia em passar a ser, um conhecimento mais prudente, menos arrogante, mais consciente dos seus limites e mais disposto a revelar a incerteza sempre associada às suas previsões e recomendações políticas.



RESUMO – CAPÍTULO 1

A economia é notícia todos os dias. Está invariavelmente presente nos debates políticos. Afecta-nos a todos. A Economia só é relevante se procurar respostas e soluções para os problemas sociais mais graves e urgentes (com destaque para a crise ambiental e o (sub)desenvolvimento).

A Economia como saber, e o próprio objecto desse saber, são difíceis de definir: quer as definições baseadas em pressupostos comportamentais, quer as definições baseadas no objecto enfrentam dificuldades.

A Economia é um saber plural: no interior da disciplina existem múltiplas doutrinas e teorias, algumas vezes contraditórias. O próprio objecto da economia é plural: os factos e fenómenos que interessam à Economia podem interessar também a outras ciências sociais. E a Economia é um saber limitado; a consciência desses limites convida ao uso prudente do conhecimento que pensamos deter.



LEITURAS RECOMENDADAS

Diamond, Jared (1998), *Guns, Germs and Steel – A Short History of Everybody for the Last 13.000 Years*, Londres: Vintage (ver edição portuguesa).

Mill, John Stuart (1844), “On the Definition of Political Economy and the Method of Investigation Proper to it”, in *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy*, London: John W. Parker (ver [DVD](#)).

Robbins, Lionel (1935), “An Essay on the Nature and Significance of Economic Science”, 2.^a ed., Londres: Mac-Millan, 1945 (ver [DVD](#)).

Sedas Nunes, Adérito (1982), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Presença/GIS.